Actualizado a 14/01/2015, 04:00 São Filipe, 14 Jan (Inforpress) – O líder do Grupo Independente Unido por São Filipe Solidário e Desenvolvido (GIUSD), Eugénio Veiga, estranhou hoje a lentidão e o atraso na socialização e definição do local de assentamento definitivo da população deslocada de Chã das Caldeiras. Para o líder do GIUSD tem havido uma “solidariedade efectiva muito grande” devido à campanha lançada pelo Governo, mas este facto tem contrastado com uma “certa lentidão” em relação a definição das prioridades das intervenções para a normalização da vida das pessoas deslocadas de Chã das Caldeiras. “É de se estranhar, quando está-se a caminhar para os dois meses após a erupção vulcânica, e apesar de todas as missões sem acções concretas, não tenham havido a socialização do local para o assentamento definitivo das pessoas deslocadas, sobretudo aquelas que não foram contempladas com casas em 1995”, disse Eugénio Veiga, anotando que é necessário definir se haverá assentamento para todas as pessoas ou apenas para as que não tinham casa fora da caldeira. Segundo o mesmo, a definição das prioridades e a implementação das acções vai permitir às autoridades evitar que os custos administrativos sejam insuportáveis pela economia cabo-verdiana, mesmo que tenha havido apoios permanentes. “Os custos administrativos são desproporcionais ao ambiente do género”, disse o ex-autarca, anotando que a partir do sétimo dia da erupção, período de maior turbulência, o alojamento das pessoas deslocadas devia ser feita de modo a diminuir os custos administrativos e facilitar a integração familiar. Segundo a mesma fonte, Achada Furna e Monte Grande seriam suficiente para albergar toda a população “de forma tranquila”, mas que era necessário complementar as casas de 1995 com tendas, de acordo com o agregado familiar. Para o líder de GIUSD “não terá havido uma liderança única, forte e propiciadora” na obtenção de consensos em tempo mais útil possível, indicando que numa situação de emergência tudo deverá ser feito com celeridade para permitir a retoma da tranquilidade das pessoas de Chã das Caldeiras, que deveriam ser integradas no processo de desenvolvimento de todas as acções e na reconstrução das suas próprias casas, deixando assim o regime de assistência. No caso de as autoridades decidirem que as pessoas que beneficiaram das casas de 1995 devem continuar em Monte Grande e Achada Furna, as intervenções na reabilitação das casas devem ser feitas “de uma só vez e não de forma faseadas” para evitar “custos adicionais” e para “não adiar para mais tempo a normalidade” das pessoas de Chã das Caldeiras. Neste momento, segundo o ex-autarca, as pessoas de Chã devem ser aproveitadas, e identificar as acções que são implementadas em simultâneo. JR Inforpress/Fim